



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

BARRAGENS QUE INCIDEM NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NUMA PERSPECTIVA RACIALIZADA E GENERIFICADA

LOIVA MARA DE OLIVEIRA MACHADO¹

RESUMO:

O artigo socializa dados parciais de pesquisa nacional sobre a produção de conhecimentos voltados à questão racial, étnica, de gênero e sexualidades, no âmbito do Serviço Social. Desde uma perspectiva histórico-crítica busca-se refletir sobre o racismo estrutural, que se constitui uma das barragens (Moura, 2021), que incide nas condições de produção e difusão de conhecimentos.

Palavras-chaves: Produção de Conhecimentos; Racismo Estrutural; Serviço Social

ABSTRACT:

This article shares partial data from a national survey on the production of knowledge on racial, ethnic, gender and sexuality issues in the field of Social Work. From a historical-critical perspective, it seeks to reflect on structural racism, which is one of the dams (Moura, 2021) that affects the conditions for the production and dissemination of knowledge.

Keywords: Knowledge Production; Structural Racism; Social Work

1. Inspiração para escrita: caminhos percorridos

Inspirada no discurso de Sojourner Truth, mulher negra, abolicionista afro-americana, realizado na Convenção de Mulheres em Akron, Ohio, em 1851 (Davis, 2016, p. 70), quando em meio luta das mulheres negras contra a opressão racista e dominação sexista, proferiu a seguinte frase: “Não sou eu uma mulher?” o presente artigo objetiva socializar dados parciais de pesquisa

¹ Centro Universitário Estácio São Luis



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

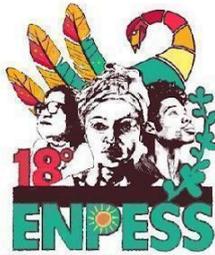
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nacional registrada junto a Plataforma Brasil que trata da “Educação superior, questão étnico-racial, gênero e sexualidades: Qual o lugar das mulheres negras na produção de conhecimentos?”. Para o desenvolvimento da pesquisa, entre as técnicas utilizadas para a coleta de dados, contamos com a pesquisa bibliográfica em revistas na área do Serviço Social, classificadas pelo Qualis/CAPES, avaliação 2021, nas categorias entre B1 a A1. Os descritores utilizados foram combinados com operadores booleanos, a saber: Racismo AND Racismo Negro OR Racismo Negro AND Docência no Ensino Superior OR Ensino Superior AND Política de Ações Afirmativas para docentes do ensino superior OR Ensino Superior AND Política de Cotas para docentes do ensino superior Racismo OR Mulheres Negras AND Racismo OR Racismo AND Gênero OR Educação Superior AND Racismo OR Ensino Superior e Gênero. Os unitermos foram analisados no título, resumo ou palavras-chave das produções. Este trabalho prioriza a socialização de resultados referentes às publicações classificadas em Qualis A1, considerando os descritores de análise.

Para a fundamentação da pesquisa e desenvolvimento desta reflexão buscou-se acessar e articular as contribuições de intelectuais negras e negros, vinculados à tradição marxista, para produção de conhecimentos. Utiliza-se a palavra “conhecimentos” no plural pois acredita-se que a universidade pode ser um espaço democrático que contemple, valorize e articule diferentes conhecimentos que são construídos nos espaços coletivos, nos territórios, nas periferias, nos espaços de aquilombamento do povo negro, indígena, periférico, nas comunidades, na universidade, entre outros e, dessa forma, contribui para a construção de resistências coletivas.

Nesse movimento é importante compreender que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais no Brasil e incide em todos os espaços da vida social. Não se trata de uma pauta centrada no conservadorismo, mas, de uma questão que infelizmente atinge também o campo democrático, os espaços de poder e decisão de natureza social, política e econômica.

No âmbito da universidade sob o alicerce da colonialidade os espaços e ritos acadêmicos reproduzem relações de opressão que incidem diretamente na vida e condições de trabalho de profissionais negras, que fogem ao padrão branco, cis, heteronormativo e de classes privilegiadas, considerado universal e legítimo de ocupação desse espaço. Importante compreender que não se trata de um fenômeno isolado, de algo identitário, mas de uma questão que precisa ser reconhecida (racismo) para ser efetivamente combatida para que se possa dar passos para uma formação e luta antirracista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Daí a importância da constituição de espaços e estratégias de aquilombamento que contribuam para a produção de conhecimentos e para o combate ao racismo na universidade, na perspectiva de uma formação e trabalho profissional antirracista. Os próximos itens desse artigo visam contribuir para apreender essas questões. Primeiramente são apresentados alguns dados ilustrativos da realidade brasileira numa perspectiva racializada e, na sequência alguns resultados referente às produções Qualis A1, na área de Serviço Social, no período entre 2012-2022, objetivando dialogar sobre a questão étnico-racial e de gênero no ensino superior, com prioridade para o debate sobre a questão racial no presente artigo.

2. A realidade brasileira e o acesso à direitos numa perspectiva racializada

Este item quer contribuir para refletir sobre o lugar atribuído ao povo negro no que se refere ao acesso a direitos, no pós-abolição. Sabemos que o propagado marco do dia 13 de maio não teve significado algum para o povo negro que, permaneceu no 14 de maio destituído de sua humanidade, sem nenhum tipo de reparação frente ao período escravocrata que perdurou por cerca de 400 anos, cujas marcas da desumanização e dominação permanecem na realidade atual sob novas roupagens, estratégias e instrumentos de opressão, pois, quanto ao negro e negra “[...] após o 13 de Maio, querem esvaziá-lo, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente (Moura, 2023, p. 58).

Essa classificação social é funcional à lógica da colonialidade que pressupõe a “[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (Quijano, 2009, p. 73). Trata-se de um dilema axiológico, presente no cotidiano da sociedade, quanto ao lugar da pessoa negra como bom escravo e mau cidadão. Moura (2021) problematiza que o lugar do bom escravo no passado está associado a um perfil que não protestava, sujeitava-se, aceitava o eito, os castigos, as torturas, o seu status como algo imutável; era a escrava que deixava de amamentar o seu filho para amamentar o filho do seu senhor; o anti-Zumbi; o negro cujo trabalho produzia a riqueza econômica do Brasil e a prosperidade dos seus senhores e assumia os valores e a ideologia do seu senhor.

Já o mau cidadão era aquele/a negro e negra que se rebela, que tem consciência de sua realidade e busca problematizar a situação racial no Brasil; que não aceita a discriminação racial,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o confinamento nas favelas, as restrições ao mercado de trabalho, a participação em espaços e movimentos; que vive em terreiro de umbanda e candomblé, que faz uso de medicina popular.

O lugar do “mau escravo” contribui para a legitimação do bom senhor (dono de escravo), que trata seus escravos-propriedade como “membros da família”. Todavia, as violências do período escravocrata demonstram que essa relação não é humanizada, ao contrário, ela se fundamenta na desumanização dos corpos, na intolerância à religiosidade, no epistemicídio e, por fim na eliminação física.

Observa-se que os valores atribuídos de forma maniqueísta cuja classificação volta-se ao bom e mau, está fundada em interesses voltados à manutenção do status quo da classe dominante, são estruturais e estruturantes das relações sociais e incidem na desumanização dos corpos negros, atribuindo lugares de acesso e não acesso, de reconhecimento e invisibilidade, de questionamento a sua condição de liberdade pois, conforme descreve Moura (2021, p. 30):

Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para esses estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto com membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar.

Essa perspectiva demarca uma sociedade profundamente desumana, desigual e opressora para o povo negro, marcada por um conjunto de barragens (Moura, 2021), as quais se constituem como estratégia de eliminar qualquer possibilidade de ameaça que o povo negro possa gerar mediante o acesso a espaços atribuídos exclusivamente às pessoas brancas.

Uma questão fundamental neste debate é que as diferenças raciais e étnicas são tratadas como sinônimo de inferioridade. “[...] Esse pensamento racionalizado, por seu turno, funciona como uma ideologia resguardadora desses interesses e, depois de certo tempo, se autonomiza e passa a integrar o conjunto do pensamento social global (Moura, 2021, p. 75-77)”. Ou seja, a inferioridade atribuída ao povo negro legitima as formas de exploração, opressão e dominação, de classe, raça e gênero e as desigualdades e violências aos quais são submetidos de forma “natural”. Daí fundamental indagar: “Quais as razões da existência desse preconceito contra o negro? Por que, em determinados momentos, os membros de uma etnia dominante tomam consciência de *diferenças* da dominada e transformam essas diferenças em *marca inferiorizadora*? (Moura, 2021, p. 76). Essa lógica de inferiorização cumpre o papel de negar a humanidade do povo negro e a sua capacidade em se vincular em diferentes espaços da

sociedade, com acesso a direitos, políticas públicas e participar das estruturas de poder e decisão de ordem política, econômica e social.

A indagação apresentada por Moura (2021) desencadeia um conjunto de respostas frente aos lugares atribuídos ao povo negro na sociedade brasileira, marcados profundamente por um conjunto de barragens. Segundo dados do IBGE (2022)², no Brasil há 203.080.756 milhões de habitantes. Desse total se autodeclararam brancos 88.252.121; pardos(as) 92.083.286; pretos(as) 20.656.458; indígenas 1.227.642 e amarelos(as) 850.130. Desse modo, contrariando a estimativa de João Batista de Lacerda, que ao representar o Brasil em Congresso Mundial sobre Raça em Londres, em 1911, afirmou que “[...] no prazo máximo de cem anos, os negros não existiriam mais no país, pois através da miscigenação, o gene branco que se acreditava ser mais forte e predominante que o gene negro, embranqueceria a nação (ABEPSS, 2018, p. 13), hoje no Brasil temos uma maioria não branca (pretos, pardos, indígenas e amarelos) que totaliza 57% da população, portanto, o índice específico para pessoas brancas é de 43%. Especificamente quanto às pessoas autodeclaradas negros e negras, que constituem as(os) pretas(os) e pardas(os) são 55% da população.

No que se refere a renda, de acordo com Agência IBGE notícias (2022), a realidade de pobreza e extrema pobreza ainda é gritante em nosso país, pois, no contexto do século XXI, considerando todos os recursos tecnológicos, produção de alimentos e riquezas naturais existentes, essa realidade só se justifica pela concentração de renda, poder e riquezas por parte de segmentos que historicamente vem desfrutando de privilégios. Dessa forma, não se trata de algo individual ou destino pessoal viver nessa realidade, mas, de projeto para os países considerados subdesenvolvidos ou empobrecidos, cuja herança colonial que vai incidir na formação de um capitalismo dependente põe a margem o povo negro, que representa um segmento social, que na visão do colonizador pode ser explorado, descartado e eliminado, conforme destaca Clóvis Moura.

No quadro geral da pobreza da América Latina, o negro, em consequência, do seu status inicial de escravo, situa-se até hoje, nos níveis mais baixos da estratificação social. E sendo difícil, dentro das estruturas sociais desses países latino-americanos, a ascensão social para grandes camadas da população que se encontram em estado de pobreza e marginalização, o problema agrava-se ainda mais no caso do negro, pra quem a barragem foi e é ainda mais rígida (Moura, 2021, p. 140).

² Segundo dados <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

De acordo com Agência IBGE notícias (2023), “[...] em 2022, 40,0% das pessoas de cor ou raça preta ou parda eram pobres, num patamar duas vezes superior à taxa da população branca (21%) e 7,7% delas eram extremamente pobres, mais que o dobro da taxa entre brancos (3,5%)”. Quanto a realidade das mulheres esse percentual é ainda mais agravado, pois as mulheres pretas e pardas representam o índice de 41,3% entre as pessoas pobres e 8,1% entre os extremamente pobres. Esses dados evidenciam a lógica do pacto narcísico da branquitude, conforme revela a intelectual negra Cida Bento.

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais” (Bento, 2022, p. 18).

No que refere a renda e a questão racial, em 2022, os dados revelam que a população ocupada autodeclarada branca tinha uma renda superior em média 64,2% a mais do que as pretas ou pardas. Os homens recebiam 27% mais que as mulheres e o rendimento médio das mulheres brancas (R\$ 2.858,00) era 22% superior ao dos homens pretos ou pardos (R\$ 2.230,00).

Como vemos, essa divisão social do trabalho que correspondeu, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho por força da mão-de-obra ser praticada quase que exclusivamente pelos negros – divisão compulsória, portanto – agora é acionada no contexto competitivo, restringindo-se o espaço de mobilidade social do negro, reservando-se para ele apenas aquilo que o branco, por uma série de razões descarta e despreza (Moura, 2023, p. 58).

No que tange a violência, 75% das vítimas de homicídios são pessoas negras (Cerqueira, 2021). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), no Brasil, “entre as vítimas de feminicídio, têm-se que 61,1% eram negras e 38,4% brancas”. Nos demais assassinatos de mulheres, o percentual de vítimas negras é ainda maior, com 68,9% dos casos, para 30,4% de brancas. Os dados revelam que 71,9% das vítimas de feminicídio tem idade entre 18 e 44 anos, com percentual concentrado na faixa entre 18 e 24 anos. Os crescentes índices de homicídios e feminicídios não são acidentais, mas sim, parte de um projeto genocida, do povo negro, especialmente de mulheres negras e jovens, que visa a invisibilidade e a eliminação “do(a)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

outro(a)”, do não sujeito, considerado descartável diante dos preceitos de um projeto dominante. São as mulheres negras que mais sofrem (56,8%) a violência do estupro.

Numa sociedade em que existe a competição como forma básica de interação, o elemento negro, ao descobrir os mecanismos de barragens existentes contra si, procura lutar para obter melhores condições individuais no mercado de trabalho, tentando e conseguindo muitas vezes igualar-se tecnicamente ao trabalhador branco. Quando chega a esse plano, isto é, quando o negro capacita-se tecnicamente, [...] surgem novas barreiras mais agudas, estereótipos e racionalizações irracionais das quais o preconceito de cor é o mais representativo e abrangente (Moura, 2021, p. 75).

No âmbito da educação, Alfano (2024) em matéria publicada no Jornal “O Globo”, em 22 de março de 2024 destaca, de acordo com o IBGE, que no Brasil 46% da população não tem educação básica completa. No que se refere mais diretamente ao analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, segundo Nery (2022), as pessoas brancas tiveram a taxa de analfabetismo de 4,3% e as amarelas de 2,5%, já para as pessoas pardas e pretas, que totalizam as/os negras/os no Brasil, esse índice é de 18,9%.

As barragens educacionais podem ser identificadas, entre outros fatores, desde o não reconhecimento dos corpos negros nos ambientes escolares, pelo não reconhecimento de suas potencialidades e sua exposição inferiorizada diante de pessoas não negras; pela falta de acesso às questões básicas de subsistência (alimento, moradia, saúde, transporte...), sem as quais é inviável o acesso à escola e a universidade.

Também se verifica por meio de bibliotecas que não incorporam, por não reconhecer a sua relevância, obras de intelectuais negras e negros. Assim é possível verificar que “[...] é fundamental no debate da questão social a incorporação da questão racial não como uma de suas expressões, mas como um dos seus fundamentos. [...] é fundamental nos indagarmos sobre determinadas questões: como se efetiva a pauta antirracista nos espaços de formação profissional? Quantos autores negros e autoras negras lemos nas ementas das disciplinas? [...] (Ferrugem; Machado, 2022, p. 460). Tais questões são essenciais para elucidar a lógica de epistemicídio presente nos espaços de produção e socialização de conhecimentos. Sueli Carneiro refere que o epistemicídio implica:

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto por que não é possível desqualificar as formas de

conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2023, p. 88-89).

Fundamental nesse contexto romper com o mito da democracia racial, uma vez que esta se constitui como: “[...] o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro (Moura, 2023, p. 59)”. As evidências apresentadas revelam a incidência do racismo desde os níveis de séries iniciais da educação básica até a universidade, daí o desafio da efetiva implantação da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre a reserva de 20% das vagas em concursos, no âmbito da administração pública federal, para candidatos(as) negros(as). Conforme publicação do UFJF Notícias, em novembro de 2023, temos um longo caminho a percorrer no âmbito do ensino superior pois:

O Brasil soma mais de 58 mil professores negros em Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados, referentes ao ano de 2022, foram levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda de acordo com o levantamento, mulheres negras atuando como docentes representam 26.770 pessoas; e homens negros, 31.541 indivíduos. Em comparação, o número de professores brancos atuando no Ensino Superior é mais que o dobro, chegando a 176.778 docentes.

Essas questões que impactam a educação também incidem no ingresso de profissionais negras e negros em diferentes campos de trabalho, contribuindo para ampliar as desigualdades sociais, uma vez que incidem na manutenção do racismo. É por isso que o racismo é sempre estrutural, pois se constitui “[...] como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural” (Oliveira, 2021, p. 65). Por ser estrutural o racismo também repercute no ensino superior como veremos no próximo item.

3. Panorama sobre a produção de conhecimentos numa perspectiva racializada: desafios à educação antirracista

Neste item são apresentados dados referentes a produção de conhecimentos numa perspectiva racializada. Retomando o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foram analisados artigos publicados em revistas da área do Serviço Social, Qualis A1-B1 – Plataforma Sucupira, avaliação 2017-2020, considerando a seleção “área de pesquisa e área mãe – Serviço Social”. Neste trabalho foram priorizadas publicações em Revista Qualis A1. Nesse escopo há 20 revistas com classificação A1 todavia, segundo o critério de seleção:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhos disponibilizados de forma gratuita, em revistas publicadas no Brasil, com acesso público e no formato *on-line* foram localizadas sete (7) revistas, as quais destaca-se no quadro 1 o conjunto de publicações relativas ao período de 2012-2022, conforme segue.

Quadro 1: Revistas Qualis A - publicações de 2012 a 2022

REVISTA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
ARGUMENTUM (UFES) ³	29	28	34	37	41	37	60	47	57	43	34	447
O SOCIAL EM QUESTÃO (PUC/RJ) ⁴	24	29	26	36	37	30	48	46	42	-	-	318
REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA) ⁵	41	37	88	34	88	49	124	48	82	51	84	726
EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA (UERJ) ⁶	22	23	19	22	29	30	30	31	29	30	31	296
KATALYSIS (UFSC) ⁷	23	29	24	24	36	35	49	49	63	56	55	443
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE ⁸	37	36	37	36	27	26	27	27	31	28	29	341
TEXTOS & CONTEXTOS (PUC/RS) ⁹	30	29	29	32	32	33	32	31	32	30	29	339
TOTAIS DE ARTIGOS PUBLICADOS (A1) 2012-2022												2.910

Fonte: Sites institucionais das revistas publicadas *on-line*. Dados sistematizados pela autora.

O quadro 1 evidencia um quantitativo expressivo de publicações realizadas no intervalo de 10 anos no conjunto das sete revistas de referência. Ressalta-se que as informações sistematizadas correspondem às publicações *on-line* no período. Observa-se que cada revista apresenta formas particulares quanto ao período de criação, periodicidade e número de edições por ano. Por isso, não é possível realizar de forma imediata uma comparação, entre as revistas, em relação ao quantitativo de publicações por revista.

Considerando as categorias de análise temas, no quadro 2, dados pertinentes para a reflexão quanto ao reconhecimento de publicações acerca da questão racial, étnica, de gênero e sexualidade na educação superior, tomando os descritores: Raça OR racismo OR negro OR negra OR antirracismo OR racial OR questão racial AND gênero OR sexualidades OR mulher OR

³Revista Argumentum. Site Institucional: <https://Periodicos.Ufes.Br/Argumentum>

⁴Revista Social Em Questão. Site Institucional: <http://Osocialemquestao.Ser.Puc-Rio.Br/Cgi/Cgilua.Exe/Sys/Start.Htm?Tpl=Home>

⁵Revista de Políticas Públicas. Site Institucional: <https://Periodicoseletronicos.Ufma.Br/Index.Php/Rppublica>

⁶Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea (UERJ). Site institucional: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta>

⁷Revista Katalysis. Site institucional: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>

⁸Revista Serviço Social & Sociedade. Site institucional: <https://www.scielo.br/j/ssoc/>

⁹Revista Textos & Contextos. Site institucional: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres AND ensino superior OR universidade OR docência, numa perspectiva interseccional crítica a qual,

[...] considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15-16).

A interseccionalidade numa perspectiva crítica não pode ser considerada uma oposição à totalidade, mas sim, se constitui como questão inerente e condição necessária à apreensão da realidade como totalidade social. É nessa direção que os descritores foram constituídos e que as produções foram selecionadas e analisadas.

Quadro 2: Revistas Qualis A – publicações diretamente relacionadas ao tema de pesquisa 2012 a 2022

REVISTA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
ARGUMENTUM (UFES)	---	---	---	---	---	0	---	---	---	---	---	0
O SOCIAL EM QUESTÃO (PUC/RJ)	---	---	---	---	---	---	---	1	---	---	---	1
REVISTA DE POLITICAS PÚBLICAS (UFMA)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	0
EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA (UERJ)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	0
KATALYSIS (UFSC)	---	---	---	---	---	---	---	---	1	1	1	3
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	---	---	1	---	---	---	---	---	---	---	---	1
TEXTOS & CONTEXTOS (PUC/RS)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAIS DE ARTIGOS PUBLICADOS (A1) 2012-2022												5

Fonte: Sites institucionais das revistas publicadas *on-line*. Dados sistematizados pela autora.

O quadro 2 gera um impacto ao considerarmos o restrito número de publicações (0,2%) do total de 2.910, voltadas ao tema de estudo no período de uma década, a qual corresponde a um tempo conquistado pelas legislações acerca da questão racial e do enfrentamento ao racismo no Brasil, e o ingresso de pessoas negras na universidade como estratégia de reparação histórica frente ao processo de escravização em nosso país, a exemplo da Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas no ensino superior e a Lei nº 12.990/2014 estabelece a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros.

De forma sintética destacamos alguns elementos acerca dos artigos analisados. A Revista “O Social em Questão”, apresenta em 2019, o artigo “Gênero e Formação Profissional em Serviço Social”, discorre sobre os estudos de gênero no Serviço Social a partir de análise das Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS, buscando elucidar evidências sobre a incorporação do tema nos currículos de formação profissional.

A Revista Katálysis em 2020 publicou o artigo “Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional”, que socializa dados de pesquisa realizada sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a questão racial presente nos núcleos de fundamentação dessas Diretrizes. O artigo: Trabalho docente, saúde e gênero: implicações da conjuntura político-econômica na educação superior, publicado em 2021, registra resultados de pesquisa realizada com 13 professoras universitárias, registra que a conjuntura política e econômica incide diretamente na educação pública e no trabalho docente. Em 2022 o artigo “Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior” refere, a partir de uma abordagem interseccional, analisa os microdados do Censo da Educação Superior (2018) objetivando identificar o perfil racial e de gênero de docentes do magistério superior de instituições públicas e privadas. Os dados revelam disparidades quanto a questão racial e de gênero na docência superior, com presença predominante de docentes do sexo masculino e brancos, o que demonstra como se configura a primazia racial e de gênero.

Na Revista Serviço Social e Sociedade, em 2014, foi identificado o artigo: Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações, que socializa dados de pesquisa realizada em 32 universidades, com a participação de docentes e discentes acerca da incorporação da questão de gênero nos currículos de formação profissional em Serviço Social. Os dados revelam que há currículos que abordam a questão de gênero em disciplinas eletivas e ressalta a necessidade de redefinir desse tema na graduação.

Destaca-se que as publicações vinculadas ao tema de estudo estão localizadas majoritariamente em revistas com edições temáticas, edições especiais, dossiês ou coletâneas. Nota-se assim certa dificuldade de incorporação da questão racial, étnica, gênero e sexualidades em edições que pautam outras prioridades temáticas, o que denota a necessidade de incorporação dessas questões como constitutivas, intrínsecas e estruturantes de uma análise crítica de realidade. Frente a esses dados é fundamental refletirmos sobre: (1) as condições objetivas de produção intelectual, num contexto de sociedade e universidade permeado pelo racismo, machismo, LGBTfobia, misoginia, capacitismo, entre outras opressões; (2) a abertura de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

editais para submissão de artigos com esses conteúdos em revistas de qualis A1; (3) a aprovação e publicação de artigos com essas temáticas considerando as pautas de cada periódico e prioridades editoriais. Frente a essas questões Moura nos convida a uma reflexão:

O sonho de *branqueamento* das elites intelectuais, a escamoteação do conteúdo da nossa composição étnica, a vergonha de nos apresentarmos perante o estrangeira, e, acima de tudo – o que é mais importante – perante nós mesmos como um país de mestiços e negros, infelizmente persiste. Manifesta-se no cotidiano de grandes parcelas da população brasileira, deformando o nosso ethos nacional e fazendo com que, dentro do espaço que compõe a nação brasileira, criem-se barreiras suplementares àquelas que a própria sociedade competitiva estabelece (Moura, 2023, p. 86).

Sob a inspiração em Moura (2021;2023) é possível tecer um caminho de articulação teórico-prática objetivando elucidar a atualidade e pertinência desse intelectual brasileiro que rompe fronteiras e constrói uma nova forma de compreender e incidir na realidade brasileira.

Ao refletirmos sobre o direito ao ensino superior e sobre a produção de conhecimentos é importante considerar que o perfil das(os) estudantes da classe trabalhadora que chegam à universidade é constituído por trajetórias de vida, demarcado por alguns indicadores sociais e raciais, que possibilitam elucidar o quanto a produção de desigualdades não está relacionada à falta de esforço individual. É necessário romper com a lógica da meritocracia “[...] que defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa” (Bento, 2022, p. 21) e analisar as condições objetivas que incidem em barragens quanto ao acesso ao ensino superior e a produção de conhecimentos numa perspectiva racializada.

Nessa direção, a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2017-2022, sobre o “Perfil de discentes da pós-graduação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018, p. 23), que contou com a participação de 536 estudantes de pós-graduação de todas as regiões do país, revela que o perfil da pós-graduação (2017-2018) em programas vinculados ao Serviço Social, quanto ao quesito raça/cor compreende 51,9% de pessoas negras (32,5% de pardos(as), 18,5% de pretos(as) não quilombolas e 0,9% de pretos(as) quilombolas – 0,9%) e 0,2% de indígenas. A pesquisa revela que no âmbito do mestrado o ingresso por cotas raciais corresponde a 3% e no doutorado 52% dos(as) participantes da pesquisa refere que não há ingresso na modalidade de cotas nos programas em que estão vinculados(as) (ABEPSS, 2018, p. 30; p. 56). Observa-se que os(as) pós-graduandos(as) são profissionais já formados(as) e que se constituem como trabalhadores(as) e pesquisadores(as).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esses e essas profissionais referem um conjunto de dificuldades apresentadas quanto ao ingresso e permanência na pós-graduação, as quais destacam-se:

Para o ingresso, a insuficiência de vagas e de cursos, principalmente no Nordeste; Exigência curricular; Apropriação de línguas estrangeiras; Seletividade; Dificuldade de acesso a informações.

Para a permanência e conclusão, as dificuldades versaram basicamente sobre a questão financeira; escassez de bolsas [...] Exigência de produtividade e prazos, ao passo do pouco incentivo e apoio à produção e participação em eventos; Relação com orientadores, devido a violência simbólica, cobrança excessiva, perseguição, assédio moral, racismo [...] dificuldade de aceitação de algumas temáticas de pesquisa como o racismo; Disponibilidade de orientadores; Falta de suporte a mulher que é pesquisadora e mãe; Racismo institucional e relações de poder; Saúde mental (ABEPSS, 2018, p. 19-20).

Esse registro nos leva a refletir sobre as condições de produção de conhecimentos e circulação de publicações desde o período da graduação e pós-graduação, quando se almeja um perfil de discente e profissional de pesquisador(a). Assim, não é demasiado reafirmar a importância de que os corpos negros estejam vinculados à academia seja como estudante de graduação, de pós-graduação, técnico(as) em educação ou docente do magistério superior, no sentido de impulsionar rupturas com a herança colonial ainda presente em nosso país, conforme refere Moura (2021, p. 118):

No caso específico do Brasil, o negro, vindo de um passado escravista, ainda bem próximo, sofre todas as barragens, diretas ou indiretas, que uma sociedade como a nossa exige que sejam criadas a fim de manter inalteradas as atuais relações de produção.[...] A barragem e facilitada pela marca étnica que os identifica como elementos vindos da massa escrava.

Para o enfrentamento cotidiano a essa realidade é fundamental os processos de aquilombamento, por meio de coletivos de estudantes e profissionais negros e negras na universidade e em espaços de militância na sociedade, a exemplo dos NEABIs, dos coletivos vinculados à extensão acadêmica, a exemplo do Coletivo Aya/UFRGS, de Comissões e Comitês de Luta Antirracista, de grupos de pesquisa, da organização sindical, da vinculação junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora, entre outros, pois, conforme refere Moura (2021, p. 136):

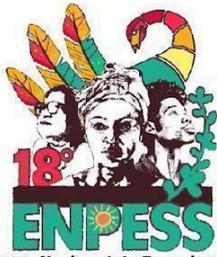
[...] O negro, numa sociedade “branca”, como a latino-americana, ou melhor, em uma sociedade em que as classes dominantes e os estratos a elas aderidos se julgam “brancos”, vindo de uma posição inicial de escravo, não encontrou alternativa para libertar-se desse status a não ser engajando-se nos movimentos de emancipação que surgiam naquelas regiões onde se encontravam, ou realizando movimentos próprios.

Essas formas organizativas não podem ser algo protocolar, regimental ou obrigatório, nem uma campanha isolada, mas precisam sim se constituir como parte de um processo de auto-organização, militante e protagonista, com direção crítica e perspectiva emancipatória, conforme destaca Moura (2021, p. 135) trata-se de “[...] um processo social, cultural, econômico, e, sobretudo, político ainda em curso, imanente”, considerando que “[...] o papel do negro na emancipação da América Latina, ou melhor, neste processo sociológico dinâmico, contraditório e complexo ainda em curso, não será nunca de cúpula, através de sua participação nos extratos superiores e deliberantes da sociedade e das suas estruturas de poder”(Moura, 2021, p. 136), daí a importância da produção de conhecimentos numa perspectiva racializada, como forma de resistência e insurgências na universidade e na sociedade.

4. “Cumé que a gente fica”?

Na obra “Por um feminismo afro-latino-americano”, Lélia Gonzalez nos convida a refletir sobre a incidência do racismo no cotidiano, ressaltando em um dos capítulos do livro a reflexão sobre “racismo e sexismo na cultura brasileira”. A autora inicia o diálogo com o título “Cumé que a gente fica?”, tecendo a narrativa de um evento de lançamento de livro, de autoria de pessoas brancas, sobre pessoas negras. No evento as pessoas negras foram bem recebidas e tinham que “se comportar” de acordo com o protocolo estabelecido. Eis que uma menina negra, chamada para responder uma pergunta pega o microfone e começa a reclamar. A confusão estava formada...”[...] Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursão deles. Onde se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo?” (Gonzalez, 2020, p. 75). Essa experiência elucidada os desafios quanto a produção e difusão de conhecimentos produzidos, a partir de artigos científicos, acerca da questão racial, étnica, do racismo, de gênero e sexualidades em periódicos com classificação exponencial em Qualis A1, pois a luta anticapitalista é antirracista, antilgbtfofobica, anticapacitista.. Há um caminho a ser construído...afinal, de que lado da trincheira nós estamos?

5. Referências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória/ES, 2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social (2017-2018)**. ABEPSS, 2018. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024

ALFANO, Bruno. **IBGE: 9,3 milhões de brasileiros ainda são analfabetos, a grande maioria com mais de 40 anos**. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/22/ibge-93-milhoes-de-brasileiros-ainda-sao-analfabetos-a-grande-maioria-com-mais-de-40-anos.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Informação para gerar transformação**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERQUEIRA, Daniel et al. (coord.). **Atlas da violência**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rene Souza. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Orgs. Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRUGEM, Daniela; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário**. Ser Social. Pandemia de Covid-19 e Políticas Sociais. Brasília (DF), v. 25, nº 51, p. 446-463, jul. a dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38842/34007. Acesso em: 01 ago. 2024.

IBGE. Agência de Notícias. **Síntese de Indicadores Sociais - Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4)**. Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4#:~:text=Em%202022%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada,ou%20par%20\(R%242.230\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4#:~:text=Em%202022%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada,ou%20par%20(R%242.230)). Acesso em: 01 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NERY, Carmen. **Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem.** Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=As%20taxas%20de%20analfabetismo%20de,%C3%A9%20quase%20quatro%20vezes%20maior. Acesso em: 19 ago. 2024.>

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

UFJF Notícias. **Ausência de professores negros é ponto crítico em universidades**. Disponível em:
[https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/#:~:text=O%20Brasil%20soma%20mais%20de,Educacionais%20An%C3%ADsio%20Teixeira%20\(Inep\). Acesso em: 10 ago. 2024.](https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/#:~:text=O%20Brasil%20soma%20mais%20de,Educacionais%20An%C3%ADsio%20Teixeira%20(Inep). Acesso em: 10 ago. 2024.)